



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

Parecer n.º 001/2026

Processo Administrativo Eletrônico n.º 4.868/2025

Referência: Contratação de Serviços de Perícia Médica

EMENTA: LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO — CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA - PLANEJAMENTO, COMPREENDENDO DFD, ETP, TERMO DE REFERÊNCIA, PESQUISA DE PREÇOS, MINUTAS EDITÁCIAS E ATO DE DESIGNAÇÃO DO PREGOEIRO. INCONSISTÊNCIAS NO ETP, PREJUDICANDO OS DEMAIS DOCUMENTOS. Parecer jurídico emitido com fundamento no art. 53 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e art. 28 do Decreto Municipal n.º 10.792/2023, no âmbito do controle prévio de legalidade de processo administrativo de contratação. A instrução do feito contempla os documentos essenciais à fase preparatória, contendo fragilidades e inconsistências a serem sanadas para fins de cumprimentos dos requisitos da Lei nº 14.133/2021. Prosseguimento do feito sujeito a avaliação de conveniência e oportunidade da autoridade competente, mediante a verificação das recomendações expostas no parecer.

1. Trata-se o presente expediente de processo administrativo destinado a Contratação de serviços de elaboração de perícias médicas, para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - IPASC.
2. Consta nos autos os seguintes documentos para análise jurídica:
 - I) Documento de Formalização de Demanda (DFD);
 - II) Estudo Técnico Preliminar;
 - III) Termo de Referência;
 - IV) Relatório de pesquisa de preços;
 - V) Minutas do edital e do Contrato Administrativo; e
 - VI) Decreto de nomeação do Pregoeiro e Equipe de Apoio.
3. Por último, a Diretoria de Compras e Licitações encaminha à Procuradoria do Município pedido para emissão de parecer jurídico para controle prévio de legalidade, conforme estabelecido nos artigos 53 da Lei n.º 14.133/2021, levando em consideração também o disposto no artigo 28 do Decreto Municipal n.º 10.792/2023.
4. É o sucinto relatório. Passo ao Parecer.¹

¹ Os pareceres, quando emitidos por órgão técnico ou pessoa física habilitada da Administração, são manifestações



I. DA ANÁLISE JURÍDICA

5. Primeiramente, cumpre destacar que o parecer se caracteriza como um ato opinativo. No âmbito jurídico, sobretudo na Administração Pública, o parecer denominado de parecer jurídico, surge na maioria dos casos, de uma consulta realizada por órgãos ou agentes públicos.

6. A opinião do parecerista exterioriza-se a partir da emissão do respectivo parecer jurídico, do qual em regra, não vincula o administrador, possuindo este a discricionariedade de seguir a opinião disposta ou não.

7. Assim, de regra, o parecer consubstancia uma opinião técnica, pessoal do emitente, ou seja, reflete apenas um juízo de valor, não vinculando o administrador, que tem a competência decisória, para praticar o ato administrativo de acordo ou não com o sugerido pelo consultor jurídico. Sendo atos diversos, o parecer jurídico e o ato próprio e discricionário praticado pela autoridade competente.

8. Neste sentido, tem-se que o parecer jurídico concretiza-se, seja a pedido do administrador ou por exigência legal para aclarar e nortear o administrador que pode segui-lo ou ignorá-lo, quando da prática de determinado ato administrativo.

9. Como bem salientado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro, *“o parecer não possui efeito normativo por si mesmo [...] É o despacho dessa autoridade que dá efeito normativo ao parecer”*².

10. Dito isso, passamos a análise do mérito.

11. Inicialmente, cabe mencionar que formalizado o Documento de Formalização de Demanda (DFD), é essencial identificar a necessidade subjacente a sua contratação. Para isso, a Lei n.º 14.133/2021 define a fase preparatória como primeira etapa do processo licitatório e é disciplinada pelo Capítulo II da referida lei.

12. No âmbito do Poder Executivo municipal, o Decreto n.º 10.792/2023 regulamentou que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e que as licitações para aquisições de bens e prestação de serviços, inclusive as contratações diretas quando for o caso, deverão ser precedidas de estudo técnico preliminar, análise de riscos e instruídas com termo de referência.

técnicas sobre assunto submetido a uma análise objetiva, de caráter meramente opinativo. (BRAZ, Petrônio. Direito Municipal na Constituição. Leme: LED, 2003, pág.273).

² Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo: Atlas*, 2012. p. 239



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

13. O art. 6º, inc. XX, da Lei n.º 14.133/2021 disciplina que o Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação. Em idêntico sentido ao exposto, é o ensinamento do doutrinador Marçal Justen Filho³:

O estudo técnico preliminar, definido no art. 6º, inc. XX, consiste numa exposição inicial, que contempla os elementos genéricos e básicos da necessidade de contratação e das possíveis soluções a serem adotadas.

14. No mais, os próprios elementos que devem constar no ETP indicam isso, consoante se verifica no artigo 18, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

[...]

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

³ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas*. São Paulo, Thomson Reuters Brasil, 2. ed., 2023, p. 347.



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

15. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

16. No caso em análise, O Estudo Técnico Preliminar, em sua forma atual, apresenta inconsistências de natureza formal e material que, em conjunto, comprometem sua legalidade, a economicidade e a eficiência da futura contratação, havendo determinados pontos que merecem atenção e ajuste para mitigar riscos futuros e garantir plena conformidade ao processo.

17. O item 4 do ETP viola frontalmente o disposto no Art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que exige que o ETP contenha:

II - demonstrativo da estimativa das quantidades, acompanhado das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte [...]

18. O texto apresentado no ETP comete dois erros primários e grosseiros:

➤ Confusão de Conceitos: O título da seção é "Estimativa das Quantidades", mas o conteúdo trata da "Estimativa de Custo/Valor". São dois requisitos distintos e obrigatórios, tratados em incisos diferentes da Lei (o inciso II para quantidades e o inciso VI para valor).

➤ Ausência Total da Informação Exigida: A seção não apresenta nenhuma quantidade. Ela não informa quantos laudos para isenção de IRPF, quantas perícias para aposentadoria por invalidez, ou quantas análises de tempo especial o IPASC estima que precisará contratar.

19. A memória de cálculo que deveria acompanhar a estimativa de quantidades seria o demonstrativo que justifica os números. Por exemplo:



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

- ✓ A média histórica de pedidos de cada tipo de perícia nos últimos 3 anos.
- ✓ A projeção de demanda baseada no número de servidores em vias de se aposentar.
- ✓ O número de aposentados por invalidez que precisam passar por reavaliação periódica.

20. Essa falha contamina todo o restante do estudo, pois a estimativa de valor (item 6), a descrição da solução (item 7) e a própria viabilidade da contratação (item 13) perdem seu fundamento. É impossível analisar a viabilidade de uma compra sem saber a sua dimensão.

21. O item 5 do ETP falha em cumprir a exigência do Art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que determina que o ETP deve conter:

III - o levantamento de mercado, que consistirá na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

22. O texto apresentado comete três erros fundamentais:

a) confunde uma análise de fazer ou comprar (internalizar o serviço via concurso público vs. terceirizar) com um verdadeiro levantamento de mercado.

b) decide pela contratação externa, porém apresenta um levantamento de mercado sem analisar e comparar os diferentes modelos de contratação que o mercado oferece, tais como: Contratar uma única empresa ou clínica pelo critério de menor preço; Abrir um edital de chamamento público para credenciar todas as clínicas e/ou profissionais que atendam aos requisitos, permitindo que o servidor escolha onde realizar a perícia, com pagamento por tabela de preços definida pela Administração, Avaliar a viabilidade de contratar médicos diretamente como pessoas físicas.

c) Mesmo a análise simplista de "contratar vs. concursar" é apresentada como uma mera afirmação, sem qualquer dado que a sustente. Uma análise técnica e econômica adequada exigiria, no mínimo: Uma estimativa do custo de um servidor concursado (salário, encargos, estrutura), uma comparação desse custo com o custo estimado das perícias terceirizadas, considerando a demanda projetada e, uma análise do impacto da "ociosidade" em números.

23. O texto não apresenta nada disso, tornando a justificativa frágil e arbitrária.



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

24. O item 6 do ETP contém duas informações manifestamente falsas:

- ✓ "conforme detalhado no item 4": Como já analisado, o item 4 não detalha absolutamente nada. Ele não contém quantidades, preços unitários ou qualquer composição de custos.
- ✓ "A planilha de composição dos preços encontra-se anexa a este estudo": Não há nenhuma planilha anexa ao ETP. O RPP anexado, que deveria ser o documento de suporte para o item 6 do ETP, na verdade, funciona como um documento autônomo que expõe as falhas do planejamento.

25. O RPP utiliza fontes legítimas de pesquisa como o Farol TCE/SC, contratações similares de outros entes, e detalha os valores encontrados para cada tipo de perícia, explica como chegou aos valores unitários de referência para cada um dos 4 itens, aplicando a média e fazendo ajustes, como a divisão de valores de juntas médicas para encontrar o custo de um único perito.

26. Ressalta-se que o RPP é o primeiro documento do processo a apresentar as quantidades estimadas (50 unidades para cada um dos 4 itens). Essa informação deveria estar no item 4 do ETP. O fato de ela surgir no relatório de preços demonstra que o planejamento foi feito de trás para frente: primeiro se pesquisou o preço, para só então se definir a quantidade.

27. O fluxo legal e lógico de um planejamento é:

- Estimar as quantidades necessárias, ex: precisamos de 50 perícias de tipo X.
- Com as quantidades definidas, pesquisar o preço unitário de mercado para cada item.
- Consolidar a estimativa de valor, multiplicando a quantidade (do item 4) pelo preço unitário (da pesquisa), e anexar a pesquisa como documento de suporte.

28. O que ocorreu foi uma inversão completa, onde um documento acessório (RPP) teve que suprir a ausência da informação mais fundamental do documento principal (ETP).

29. Portanto, o item 6 do ETP apresenta um valor total sem demonstrar como chegou a ele, violando o Art. 18, § 1º, VI, da Lei 14.133/21, que exige o "demonstrativo da estimativa do valor da contratação, acompanhado dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e/ou dos documentos que lhe dão suporte".



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

30. O Relatório de Pesquisa de Preços, embora contenha uma pesquisa de mercado aparentemente bem executada, não sana o vício do ETP. Pelo contrário, ele o agrava ao evidenciar que informações essenciais do planejamento (as quantidades) foram omitidas do local correto (o ETP) e inseridas em um documento posterior e de natureza diversa.

31. A existência de um bom relatório de preços não convalida um ETP que não cumpre seus requisitos mínimos. O planejamento é um ato administrativo complexo e formal, e a ordem dos fatores altera, sim, o produto, pois afeta a lógica, a transparência e a legalidade do processo.

32. O item 7 do ETP viola o disposto no Art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que exige que o ETP contenha:

IV - descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

33. O texto apresentado no ETP falha em todos os aspectos deste requisito: não descreve nada, enuncia uma conclusão ("Opta-se pela contratação de empresa") e uma justificativa genérica ("garante maior flexibilidade"). Uma descrição detalharia o "como", não o "porquê".

34. Não apresenta a "Solução como um Todo", onde deveria explicar como o serviço funcionará na prática. O texto é completamente omissivo sobre os elementos essenciais da solução, tais como:

- a) Qual o modelo de contratação? Será uma licitação por Pregão para contratar uma única empresa? Será um Credenciamento para contratar todos os que atenderem aos requisitos? A expressão "sob demanda" é vaga e pode se aplicar a ambos os modelos, mas o ETP tem o dever de especificar e justificar a escolha.
- b) Como será o fluxo operacional? Como o IPASC acionará a empresa? Haverá um sistema online? Um contato telefônico? Qual o prazo para a empresa agendar a perícia após o acionamento?
- c) Quais os níveis de serviço esperados (SLA)? Qual o prazo máximo para a entrega do laudo após a realização da perícia?
- d) Como será a entrega e a gestão dos laudos? Serão entregues em papel? Serão inseridos em um sistema eletrônico?



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

35. Ao não descrever a solução, o ETP falha em seu propósito fundamental: estudar e propor o melhor caminho para a Administração. A consequência direta dessa falha é a elaboração de um Termo de Referência (TR) que improvisa uma solução que nunca foi estudada ou justificada no ETP.
36. No que se refere ao demonstrativo dos resultados pretendidos, item 9 do ETP, o mesmo falha em cumprir o que exige o Art. 18, § 1º, V, da Lei, que não pede uma lista de desejos, mas sim um "demonstrativo dos resultados que se pretende alcançar". Um demonstrativo implica em parâmetros mensuráveis. O texto apresentado é uma coleção de abstrações genéricas, sem qualquer indicador de desempenho que permita, na fase de execução do contrato, verificar se os resultados foram de fato alcançados.
37. Questiona-se: o que é atendimento célere? Qual o prazo máximo (SLA) para a entrega de um laudo? Como será medida a racionalização dos recursos? Qual o custo de referência que está sendo otimizado? O item não é um demonstrativo, mas uma lista de boas intenções. Ele não estabelece nenhuma métrica ou indicador, tornando impossível a futura aferição dos resultados e a gestão eficaz do contrato.
38. As inconsistências identificadas no ETP fragilizam o item 13, relativo a viabilidade da contratação. A conclusão apresentada no texto do item 13, se lida de forma isolada e em abstrato, é tecnicamente correta e alinhado às melhores práticas de contratação para serviços comuns, pois recomenda a modalidade correta para serviços comuns com ampla concorrência Pregão Eletrônico, o critério de julgamento que maximiza a economicidade e a competição para objetos divisíveis, sendo o Menor Preço por Item, e apresenta uma justificativa sólida para o parcelamento, em linha com a Súmula 247 do TCU e a própria Lei 14.133/21.
39. Se o restante do ETP tivesse fornecido as bases para estas conclusões, o planejamento estaria no caminho certo, porém a conclusão do item 13 não é o resultado de uma análise; ela é uma declaração de intenções desprovida de fundamento. Ela não sana as inconsistências do ETP, pelo contrário, ela os expõe de forma ainda mais clara, criando um documento internamente contraditório e ilógico.
40. A existência de uma conclusão formalmente correta não tem o poder de validar um estudo materialmente falho. A validade de uma conclusão jurídica ou técnica depende inteiramente da solidez das premissas e da análise que a precedem.



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

41. Superada essa etapa, cumpre destacar que, após a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e a definição da solução mais adequada, o planejamento da contratação deve contemplar, sempre que possível, a análise de riscos. Nesse sentido, os §§ 3º e 4º do art. 46 do Decreto Municipal n.º 10.792/2023 dispõem que a análise de riscos constitui etapa recomendável, alinhada às diretrizes da Lei n.º 14.133/2021, conforme se extrai dos seguintes dispositivos:

§ 3º O órgão ou entidade demandante, independentemente da formulação ou implementação de matriz de risco, deverá proceder a uma análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação ou da contratação direta e da boa execução contratual.

§ 4º A análise a que se refere o § 3º, sempre que possível, deve levar em consideração o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas, e contratações anteriores com objeto semelhante, aferindo-se e sanando-se, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento.

42. No caso em análise, a Unidade Demandante não efetuou a avaliação de riscos. É importante destacar que sua ausência não afeta o andamento desta licitação, mas sua elaboração é recomendada para evitar possíveis frustrações no procedimento licitatório e na contratação futura.

43. Quanto à elaboração do Termo de Referência, o inciso XXIII do art. 6º da Lei n.º 14.133/2021 dispõe que este documento deverá conter os seguintes elementos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- d) requisitos da contratação;*
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*
- g) critérios de medição e de pagamento;*
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;*
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com*



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
j) adequação orçamentária;

44. No que tange à elaboração do Termo de Referência, observa-se que este foi devidamente juntado aos autos e contempla os elementos mínimos exigidos pelo inciso XXIII do art. 6º da Lei n.º 14.133/2021.

45. O TR sucede o ETP, e tem como função traduzir o planejamento em obrigações contratuais claras e específicas para a futura contratada, não sendo um documento autônomo, mas peça que consolida e dá força contratual a um planejamento. Um ETP com inconsistências e vícios, será refletido no TR, o qual já nascerá fadado a desconformidades legais.

46. Mesmo que se ignorasse a existência do ETP, o TR possui vícios próprios que o invalidam completamente.

47. O item 1.1 do TR Afirma que o serviço será executado com "regime de dedicação exclusiva de mão de obra". Isso é um erro conceitual gravíssimo. "Dedicação exclusiva", nos termos da Lei, ocorre quando os empregados da contratada ficam à disposição da Administração em suas dependências. O objeto aqui é a prestação de perícias sob demanda, nas instalações da contratada. É o oposto de dedicação exclusiva. A classificação errada levaria à aplicação de regras de fiscalização e gestão contratual completamente inadequadas.

48. Por sua vez, o item 1.4. enquadra o serviço como "continuado". Serviços continuados são aqueles de necessidade permanente da Administração, medidos pelo tempo, ex: limpeza, vigilância. O objeto aqui é um serviço de escopo definido: a contratação de um quantitativo certo e determinado de perícias (50 de cada tipo). Embora a necessidade de perícias seja permanente, a contratação foi modelada por quantidade, não por tempo. A classificação errada impacta indevidamente as regras de prorrogação contratual.

49. Voltando-se a atenção aos itens 2 e 3, mais precisamente os subitens 2.1 e 3.1, afirma que a fundamentação e a descrição da solução estão "pormenorizadas" no ETP. O ETP não pormenoriza absolutamente nada. O TR está, portanto, baseando sua existência em um documento inconsistente. É a formalização da teoria dos "frutos da árvore envenenada": se o ETP é falho, o TR que nele se baseia também é.

50. Quanto as exigências de habilitação previstas no item 9, ressaltamos a exigência contida no item 9.3.6.1.A.1, a qual é ilegal. O Art. 67, § 1º, da Lei 14.133/2021 é o pilar que sustenta a razoabilidade na habilitação. Ele determina:



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

A documentação... será limitada ao mínimo necessário para a verificação de que o licitante possui aptidão para cumprir as obrigações... e deverá ser fornecida apenas a documentação indispensável para a comprovação da capacidade.

51. A pergunta a ser feita é: para garantir que um laudo pericial de qualidade seja entregue, é *indispensável* que o médico que o assina seja empregado celetista ou sócio da empresa? A resposta é NÃO. O que garante a qualidade do serviço é a qualificação técnica do profissional, ou seja sua especialização, seu RQE, e não a natureza jurídica do seu vínculo com a empresa. Um médico pode ser um excelente profissional prestando serviços por meio de um contrato cível, sem vínculo empregatício, que é um modelo de trabalho extremamente comum na área da saúde.

52. Destaca-se que o Tribunal de Contas da União (TCU) decide, de forma pacífica e reiterada, que é ilegal a exigência de vínculo empregatício como requisito de habilitação. A Corte de Contas entende que tal cláusula restringe o universo de competidores sem que haja um benefício correspondente para a Administração. É perfeitamente aceitável que a empresa licitante comprove possuir a expertise técnica por meio de um contrato de prestação de serviços, sem vínculo de emprego, ou até mesmo uma promessa de contrato, a ser formalizada caso a empresa vença a licitação. Ao redigir esta cláusula, ignorou-se a jurisprudência e optou pelo caminho mais restritivo possível.

53. Ademais a cláusula demonstra um profundo desconhecimento de como o mercado de serviços médicos opera. Muitas clínicas e empresas de saúde trabalham com um corpo clínico associado, onde os médicos são profissionais autônomos que prestam serviços. Exigir um vínculo de CLT ou societário exclui, de imediato, todo esse universo de potenciais licitantes, que podem ser perfeitamente capazes, e talvez até mais eficientes e econômicos. A Administração não está contratando um funcionário; está contratando um serviço. O seu foco deve ser na entrega e na qualidade do resultado, ou seja, o laudo, e não no modelo de gestão de recursos humanos da contratada.

54. No que se refere às minutas do edital e da minuta do contrato acostadas aos autos, verifica-se que os documentos contemplam as cláusulas e condições essenciais exigidas para os instrumentos da espécie, em conformidade com a norma de regência, alertando apenas que se forem acatadas as recomendações quanto ao ETP e TR, deverá consequentemente ocorrer os ajustes no Edital.

55. Noutro viés, cabe mencionar que a condução da fase externa dos processos licitatórios e procedimentos auxiliares, na forma eletrônica ou presencial, será processada e



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

julgada por intermédio do agente de contratação, do pregoeiro ou de comissão de contratação. Assim, verifica-se nos autos a indicação e nomeação do agente de contratação/pregoeiro para condução do processo licitatório, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal n.º 10.792/2023.

56. Por fim, destacamos ainda, que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação nos meios oficiais de publicação, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei n.º 14.133/2021.

57. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

II DA CONCLUSÃO

58. Ante o exposto, nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, levando em consideração também o disposto no artigo 28, caput e §2º do Decreto Municipal nº 10.792/2023, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, recomenda-se o prosseguimento do processo sujeito à avaliação da Autoridade Competente quanto à oportunidade e conveniência do ajuste, devido às recomendações emitidas ao longo deste parecer sobre as inconsistências do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

59. Havendo complementação da instrução do processo de contratação, não há necessidade de devolver os autos para nova manifestação desta unidade jurídica.

60. Sendo estas as considerações que nos parecem pertinentes a presente questão, sem embargo de eventuais opiniões divergentes que possa existir.

Caçador, SC, 02 de janeiro de 2026.

Roselaine de Almeida Périco
Procuradora Municipal – Portaria n. 11.132/02
OAB/SC 12.903